

MAMADÚ MAKO DJALÓ¹

**GUINÉ-BISSAU: OS PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DA
LÍNGUA E A IDENTIDADE NA FORMAÇÃO DO ESTADO-
NAÇÃO GUINEENSE**

¹ Doutor e mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, (Brasil) atualmente é Pós-Doutorando em Psicologia Clínica (PhD) pela Universidade Estadual de Maringá – PR – Brasil e professor da Universidade Lusófona da Guiné – ULG.

RESUMO

O presente trabalho propõe problematizar ostensivamente a ressignificação da língua e a identidade como mecanismos relevantes no processo de formação de Estado-nação. Para explorar analiticamente a problemática acima citada, iremos partir do conceito de nacionalismo, identidade e língua formulado por Benedict Anderson em sua obra intitulado “*Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo (2008)*”. Obviamente, as definições de soberania, democracia, igualdade, liberdade, território, língua, raça, religião, etnia, fronteiras territoriais, culturais e identidades serão citadas, pois, seria impossível falar de nação sem falar desses conceitos. Eles deram suporte teórico para as infindáveis discussões dos estudiosos clássicos sobre o conceito de nação que, pela sua abrangência, dificulta que se chegue a uma única definição, já que cada contexto histórico irá exigir uma maneira específica de pensar sobre nação. Por isso, aqui na análise em questão, optou-se pelos termos da língua e respectiva identidade em sua ressignificação no processo de formação do Estado-nação guineense. Vale a pena destacar que, antes da independência da Guiné-Bissau, não havia a referência a uma identidade guineense; os indivíduos nascidos na Guiné-Bissau identificavam-se por uma identidade portuguesa, numa referência à Guiné portuguesa, em razão das políticas coloniais de incorporação dos nativos. Com a independência, os indivíduos passaram a afirmar uma identidade guineense que no período colonial não lhes era permitida. Essa "identidade" é dada com a constituição do Estado nacional da Guiné-Bissau, legitimada pela lei e pelo direito, pautada no modelo ocidental de Estado-Nação a partir dos ideários do nacionalismo. A questão da constituição da língua passa pela constituição da história da língua do país. Assim estabelecer relações entre os acontecimentos históricos que deram origem ao Estado-nação guineense e a constituição de sua língua materna – nacional permite refletir sobre o discurso da história, em que se possa buscar não só os sentidos que estão nas identidades culturais, mas também permite re-interpretar o significado da tensão existente na relação do português, língua oficial do país, e o crioulo, língua falada no território, língua materna que constitui os sujeitos guineenses.

Palavras - Chave: Língua, Identidade, Nacionalismo e Estado-Nação.

O presente trabalho propõe problematizar ostensivamente a ressignificação da língua e a identidade como mecanismos relevantes no processo de formação de Estado-nação. Para explorar analiticamente a problemática acima citada, iremos partir do conceito de nacionalismo, identidade e língua formulado por Benedict Anderson em sua obra intitulado “*Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo (2008)*”, como uma estratégia de análise, de diferença, numa perspectiva nacional, situacional e unificadora das próprias diferenças como resultado da formação de nação. Identidade aqui se refere às múltiplas identidades dos sujeitos e das línguas dialetais étnicas. Obviamente, as definições de soberania, democracia, igualdade, liberdade, território, língua, raça, religião, etnia, fronteiras territoriais, culturais e identidades serão citadas, pois, seria impossível falar de nação sem falar desses conceitos. Eles deram suporte teórico para as infindáveis discussões dos estudiosos clássicos sobre o conceito de nação que, pela sua abrangência, dificulta que se chegue a uma única definição, já que cada contexto histórico irá exigir uma maneira específica de pensar sobre nação. Por isso, aqui na análise em questão optaremos pelos termos da língua e a respectiva identidade em sua ressignificação no processo de formação do Estado-nação guineense.

Daniele Ellery Mourão (2006, p.25) enfatiza que políticos, juristas, filósofos, posteriormente sociólogos e antropólogos, trataram de questões como a constituição do Estado e da nação. Os primeiros foram, inicialmente, os principais responsáveis pela construção das primeiras ideias nacionalistas. Uma parte desses estudiosos privilegiava a formação do Estado-nação, tomando como base o território e as fronteiras políticas; outros buscavam entender os sentimentos e os elementos simbólicos que eram acionados pelos “povos” na construção do pertencimento, enfatizando a vontade e o consenso na construção do sentimento nacional que formaria a nação. Entre os teóricos do nacionalismo moderno do Ocidente é praticamente consensual a ideia de que a nação foi uma criação da modernidade, algo novo, um resultado histórico com razões profundas.

Antes de situar o *Lócus* da nossa análise, quero lembrar que o século XV foi marcado como um século de grandes expedições que possibilitaram a Europa entrar em contato com terras longínquas, reveladas com a descoberta de novas rotas marítimas e que tiveram importantes conseqüências históricas, as quais, ao menos à população africana, reverberam até hoje como tragédia. É neste contexto que se insere a Guiné-Bissau e também no qual iremos abordar a respeito da sua formação de

Estado-nação. A Guiné-Bissau é um pequeno país africano com 36.125 km², situado na costa ocidental do continente africano, entre o território do Senegal, que lhe serve de fronteira ao norte, a república da Guiné-Conakri delimitando o leste e o sul, e com o Oceano Atlântico a oeste. Sua independência é bastante recente. O país ainda sofre as conseqüências da dominação colonial prolongada. Foram exatamente cinco séculos de dominação. Tornou-se independente de Portugal, antiga potência colonizadora, a 24 de setembro de 1973, depois de onze anos de uma dura luta armada pela sua libertação que terminaria com o reconhecimento da sua soberania pela antiga metrópole portuguesa, após a queda do regime fascista salazarista, em 25 de abril de 1974. Entre 1974 e 1991, o país viveu sob uma adaptação do regime marxista-leninista, inspirado e apoiado na União Soviética.

Para tornar-se independente de Portugal, optou-se pela luta de guerrilha liderada por Amílcar Cabral - um guineense filho de cabo-verdianos - que idealizou estrategicamente a constituição de um estado binacional, englobando Guiné-Bissau e Cabo Verde. Até 1980 tiveram o mesmo partido – Partido – PAIGC² e o mesmo hino nacional. A favor da união, atenuaram diferenças entre etnias, religiões, tradições culturais, valores e crenças. Mas as divergências e distinções prevaleceriam à união, separando definitivamente os indivíduos e seus países, em razão de conflitos entre suas elites no poder.

Vale a pena destacar que, antes da independência, não havia a referência a uma identidade guineense: os indivíduos nascidos na Guiné-Bissau identificavam-se por uma identidade portuguesa, numa referência à Guiné portuguesa, em razão das políticas coloniais de incorporação dos nativos. Com a independência, os indivíduos passaram a afirmar uma identidade guineense que no período colonial não lhes era permitida. Essa "identidade" é dada com a constituição do Estado nacional da Guiné-Bissau, legitimada pela lei e pelo direito, pautada no modelo ocidental de Estado-Nação a partir dos ideários do nacionalismo.

O surgimento do nacionalismo, segundo Anderson (2008) está relacionado ao declínio dos sistemas tradicionais de governabilidade, monarquia, ou administração colonial na África, Ásia e América e à construção de uma nacionalidade baseada na identificação da pertença étnica, racial ou cultural. Porém, esta identificação possuiria um projeto comunitário de união baseada nas diferenças de um povo para o outro. A

² Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde.

soberania nacional, deste modo, é um símbolo de liberdade frente às estruturas de dominação antigas.

Entretanto, para que haja uma nação, ou seja, nacionalismo no sentido apontado por Anderson num país em que a pertença étnica tem uma representação bastante significativa, era preciso utilizar uma estratégia de incluir identidades e línguas étnicas num patamar, ou seja, num nível compatível a todas. Uma vez, que o sistema colonial usava uma estratégia de dividir os indivíduos e jogar um contra outro de "línguas" diferentes ou etnias diferentes, com tradições culturais distintas, em contínuo contato dentro de um mesmo território, pondo em evidência as diferenças e produzindo desigualdades e relações de poder. Este fato era visto como desafiador e reprodutor de desigualdades sociais por Amílcar Cabral e alguns nacionalistas guineenses, e precisava-se de uma saída para este fato. Ai é que começaram a pensar no poder da língua como mecanismo da unificação nacional. A partir daí que entra a língua crioula³ como uma língua estratégica para a unificação e formação de nação guineense. O crioulo é a língua comum, falada entre os guineenses e considerada segunda língua, já que a primeira é a língua materna, de cada etnia. O Português é reconhecido como a língua oficial no país.

A questão da constituição da língua passa pela constituição da história da língua do país. Assim estabelecer relações entre os acontecimentos históricos que deram origem ao Estado-nação guineense e a constituição de sua língua materna – nacional permite refletir sobre o discurso da história, em que se possa buscar não só os sentidos que estão nas identidades culturais, mas também permite reinterpretar o significado da tensão existente na relação do português, língua oficial do país, e o crioulo, língua falada no território, língua materna que constitui os sujeitos guineenses.

A situação linguística vivida em Guiné-Bissau hoje é de tensão entre os guineenses, a língua materna dos guineenses, e a língua oficial- o português. A língua crioula é falada em todo o território nacional, com suas variantes dialetais por todos os guineenses desde que nascem. A língua oficial, em contrapartida, entra de forma institucional na vida dos guineenses a partir da idade escolar.

Essa tensão não se dá apenas pelo português ter uma relação demasiado

³ É uma língua que teve sua origem no encontro de línguas étnicas e a língua portuguesa; é uma língua de comunicação nacional que aproxima todos os guineenses e rompeu com as diversidades linguísticas da sociedade guineense.

estreita com o passado colonial da sociedade guineense, mas também pelo fator, ainda hoje, de permanecer como um fator de desigualdade em uma sociedade na qual muitos de seus membros não dominam a língua oficial, por resistência ou por falta de escolaridade.

Ao se falar em língua nacional, é preciso especificar o conceito de nação com que se está lidando, pois, para a sociedade do século XIX, o sentido de nação reboca o sentido de uma língua. Pensar, então, a história da Guiné-Bissau, após a independência, é pensar que este país precisou se adequar ao modelo de Estado-nação, por imposição de um cenário político mundial. Precisou da ficção de uma língua única e homogênea tendo um contexto marcado pela pluralidade linguística. Porém, a questão da língua, nesse caso, mostra como ela pode constituir uma união adequada do país ao modelo de organização social, política, econômica, e cultural representado pelo Estado-nação, na atualidade. Essa adequação pressupõe, então, a adoção de uma língua que preencha todos os requisitos.

A língua crioula da Guiné-Bissau parece servir a um imaginário de nação como resistência, união e força de luta; é uma língua sobre a qual se constrói uma identidade nacional. Os discursos dos guineenses sobre a construção da nação guineense ressaltam, além da grandiosidade e da importância do crioulo na formação do Estado-nação guineense, a necessidade de adotar uma política de bilinguismo, e uma efetivação do projeto de fixação da língua crioula na escrita de modo a que as duas línguas tenham o mesmo status.

No período pós-independência, as etnias na Guiné-Bissau convivem sem a existência de conflitos "visíveis"; cada região tem a predominância de uma determinada etnia e não há problemas dessa ordem. As diferenças foram atenuadas em prol da língua crioula, entre os grupos étnicos, que passaram a fazer uso da língua crioula para afirmar a identidade nacional como forma de pertencimento a uma nação.

Carneiro da Cunha (1986) chama a atenção para a importância da língua à construção de identidades, mostrando como os governos nacionais tentaram reforçar uma homogeneidade linguística no interior dos Estados-nação, com o intuito de conter conflitos por afirmação de diferenças. Segundo a autora, a língua é um sistema simbólico que organiza a percepção do mundo de um povo. “É assim que, para ela, não é à toa que os movimentos de libertações enfatizam dialetos e os governos locais combatem o polilíngüismo dentro de suas fronteiras” (Carneiro da Cunha, 1986, p.100).

Nesse sentido, a autora mostra que esse sistema político e social, para construir Estados nacionais, passou a se voltar para a difusão de línguas oficiais, para que todos se pudessem entender e partilhar dos mesmos sistemas de valores e crenças impostos pela soberania nacional. No caso da Guiné não foi diferente, pois, isso se deu através do intermediário do crioulo e do português.

Como propõe Benedict Anderson (2008), o fim da era dos movimentos de libertação nacional bem-sucedida nas Américas coincidiu com o início da era do nacionalismo na Europa. "Esses novos nacionalismos" foram diferentes em dois aspectos: 1) As Línguas nacionais foram de impressão central, ideológica e política 2) Nação tornou-se algo capaz de ser conscientemente pretendido, desde o início, devido aos modelos estabelecidos pelos pioneiros crioulos. Portanto, a língua é mais do que uma continuidade entre um poder externo e o falante humano, pois, tornou-se um campo interno criado e usado mutuamente pelos usuários da língua. Essas descobertas levaram a Filologia, com os seus estudos de gramática comparada, à classificação das línguas em famílias e à reconstrução de "protolínguas", que o raciocínio científico tirou do esquecimento. O que dará a origem da consciência nacional (BENEDICT ANDERSON, 2008, p.111).

E as "origens" dessa consciência nacional, para Anderson, estavam no capitalismo editorial. Com a língua, sendo unificada em cada Estado-nação, a imprensa difundida, não mais só falada, e o conhecimento sendo disseminado entre todas as pessoas, o tempo passa a ter outra conotação, com os indivíduos tomando a consciência de uma simultaneidade dos acontecimentos, e, como afirmou Anderson, isso foi possível graças às realizações do capitalismo industrial que possibilitou a viabilização do capitalismo editorial. Essa nova concepção de tempo simultâneo é vista como importante, para Anderson, considerando duas formas de imaginar que floresceram no século XVIII: o romance e o jornal, veículos para a difusão da informação em grande escala. Com isso, ressalta-se a questão da língua, mostrando que com a descoberta de povos não europeus, no século XVI, ocorreu uma paridade linguística. Os viajantes levavam dicionários com palavras não-europeias para suas viagens, o que desenvolveu bastante a atividade de gramáticos, lexicográficos, filólogos e literatos, com outras línguas ocorrendo, como se denomina a revolução lexicográfica que disseminaria a convicção de que as línguas na Europa eram de propriedade de grupos – membros de comunidades que falavam cotidianamente

aquela língua – e esses grupos deveriam ter direito à autonomia. Para ele, todos esses fatores foram importantíssimos à ascensão de nacionalismos do século XIX, na Europa, implicando a ideia de que cada comunidade nacional deveria ter a sua língua.

Assim, surgem os nacionalismos oficiais definidos por Anderson, como medidas políticas conservadoras adaptadas ao modelo dos nacionalismos populares linguísticos, como uma forma de aliar a naturalização de cada comunidade com a sua língua e sua nação. Portanto, tanto a língua como a educação teve, para o autor, um papel fundamental na idealização e construção desses nacionalismos que pretendiam a universalidade e homogeneidade para a formação da identidade nacional.

Porém, afirmar a identidade nacional guineense a partir do grande repositório de tradições culturais como forma para obter a união entre os indivíduos de todas as etnias em nome de Estado-nação, teve seus momentos importantes. Pois, essa estratégia, na atualidade, talvez, possa sofrer rupturas entre tradições culturais e a modernidade. Hoje, em dia, na Guiné-Bissau, é muito normal ver as pessoas conotando o atraso de desenvolvimento do país por causa e em função das diversidades culturais. As tradições culturais passam a ser vistas como obstáculos para o desenvolvimento.

Segundo Stuart Hall (2003), a modernidade chegou com a força de destruir as tradições culturais que foram vistas como obstáculos ao progresso. O ideal ocidental do "Estado-Nação" impôs fronteiras rígidas dentro das quais se esperava que as culturas florescessem num mesmo território, com a mesma língua, a mesma religião, com as mesmas instituições. Essa foi a forma política construída pelos Estados soberanos no Ocidente, como também o referencial adotado pelas políticas nacionalistas para as novas nações africanas, após a independência. Com a adoção do modelo ocidental na Guiné-Bissau e o conseqüente surgimento de conflitos político militar, os líderes políticos guineenses passaram a questionar a força tradicional das etnias como um entrave à democracia. A partir desse argumento, é possível observar a noção de tradição sendo empregada em oposição aos ideais de modernidade, presentes no discurso dos governantes guineenses.

Como definiu Geertz (2000), o pertencimento a uma nação refere-se ao sentimento de identidade e identificação com aqueles de quem se descende, com quem se parece no pensar, na aparência, na maneira de falar, de comer, de rezar, de gesticular e com quem se está empaticamente ligado, haja o que houver. Neste sentido, vale dizer que este é um caráter unificador dado pelo pertencer a uma nação.

Estes, que em outras palavras Thompson irá chamar de costumes, são um campo onde acontecem mudanças e disputas, uma arena na quais os interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes (THOMPSON, 1998, p.17).

O processo da expressão do nacionalismo e a sua influência na construção da nação guineense, tendo como base as investigações sobre o processo de constituição das nações, a partir das renovações teórico-epistemológicas, tem a ver com a ideia de nação como comunidade imaginada, veiculada por Benedict Anderson no começo dos anos 1980, cuja síntese se dava em oposição aos primordialistas, que viam na nação a concretização de um desejo e um desígnio metafísico, de uma nação como constructo histórico, senão de todo arbitrário, ao menos contingente e relativo (ANDERSON, 1980).

Estudos atuais mostram que a discussão, em torno da nação e do nacionalismo, assumiu contornos extraordinariamente novos a partir da guinada epistemológica das últimas décadas, que deixou de ser analisada como entidade autônoma, dotada de essência, caráter ou de uma natureza profunda.

Partindo desses pressupostos da invenção, os estudiosos da nação e do nacionalismo têm-se preocupado em explicar o seu porquê e quais as suas implicações sobre o todo social. Ou seja, a ênfase antes posta na nação como dotada de autonomia tende a deslocar-se: primeiro para o *modus operandi* dos atores e para as condições sociopolíticas de sua atuação, procurando-se explicitar em que moldes se logrou para construir a nação, arregimentar seus membros, articular suas demandas, estruturar suas bases e legitimar suas pautas; e segundo, para os processos dentro dos quais a nação e seus atributos associados passaram a ser percebidos e compartilhados pelos indivíduos como estando acima de suas identidades pessoais, bem como para as razões pelas quais os apelos nacionais se tornaram tão incisivos e deram origem a sacrifícios tão colossais (ANDERSON, 1989, p. 17).

Na Guiné-Bissau, a consolidação de língua crioula, que espelha a afirmação de um povo de alma e de uma nação de origem, cuja história se constituiu a partir de uma cultura mestiça, de um híbrido, fruto de cruzamento entre povos e culturas diferentes, em termos da busca de uma nação homogênea com uma identidade cultural própria, que passa pela manifestação do nacionalismo.

Por esta razão, pode-se afirmar que, na atualidade, há indícios fortes sobre a constituição da nação guineense, pautada no legado de Amílcar Cabral. Para alguns estudiosos, suas características são predominantemente africanas e buscam a

afirmação dessa especificidade tendo como fundamento a luta de libertação e resistência nacional, liderada por Amílcar Cabral, que via essa luta como um - *fator de cultura* (CABRAL, 1974, p. 187).

Portanto, essa posição em busca de manter a origem da cultura e língua, como a expressão do nacionalismo, assumindo a constituição da nação como um - ato de cultura - através de conflitos culturais de diferentes espaços e sujeitos: cultura europeia, sobretudo, a portuguesa, culturas africanas, principalmente, a de Guiné que é o nosso alvo de pesquisa.

Entretanto, valeria dizer que o nacionalismo guineense nasceu na confrontação do colonialismo que fortaleceu a união da diversidade cultural e da língua crioula, embasado no nacionalismo que deu espírito à nação guineense. Portanto, a definição de nação proposta por Anderson (2008) também se afasta da essencialidade, e assume o papel de comunidade-imaginada porque mesmo que os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (p.32).

Para falar da Língua e Identidade cultural em sua ressignificação no processo da expressão do nacionalismo e a sua influência na construção da nação guineense, tendo como base as investigações sobre o processo de constituição das nações, a partir das renovações teórico-epistemológicas. Pensar, então, a história da Guiné-Bissau após a independência, é pensar que este país precisou se adequar ao modelo de Estado-nação, por imposição de um cenário político mundial. Precisou da ficção de uma língua única e homogênea praticada em um contexto marcado pela pluralidade linguística. Porém, a questão da língua, nesse caso, mostra como ela pode constituir uma união adequada do país ao modelo de organização social, política, econômica e cultural representado pelo Estado-nação, na atualidade. Essa adequação pressupõe, então, a adoção de uma língua que preencha todos os requisitos.

Na Guiné-Bissau, a consolidação de língua crioula que espelha a afirmação de um povo de alma e de uma nação de origem, e sobre à qual sua história se constituiu a partir de uma cultura mestiça, de um híbrido, fruto de cruzamento entre povos e culturas diferentes, em termos da busca de uma nação homogênea com uma identidade cultural própria, que passa pela manifestação do nacionalismo.

Porém, afirmar a identidade nacional guineense a partir do grande repositório de tradições culturais como forma para obter a união entre os indivíduos de todas as

etnias em nome de Estado-nação. Essa posição em busca de manter a origem da cultura e a língua, como a expressão do nacionalismo, assumindo a constituição da nação como um - ato de cultura. Entretanto, confirma-se, assim, a tese de que o nacionalismo guineense nasceu na confrontação do colonialismo que fortaleceu a união da diversidade cultural e da língua crioula, embasado no nacionalismo que deu espírito à nação guineense. Que tem a ver com a ideia de nação como comunidade imaginada, veiculada por Benedict Anderson, no começo dos anos 1980, cuja síntese se dava em oposição aos primordialistas, que viam na nação a concretização de um desejo e um desígnio metafísico, de uma nação como constructo histórico, senão de todo arbitrário, ao menos contingente e relativo (ANDERSON, 1980).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras. 2008.

CABRAL, Amílcar. **PAIGC, Unidade e Luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

CARNEIRO, Manuela Da Cunha. “Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível” in: **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

GEERTZ, Clifford. “O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século” in: **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org.) Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MOURÃO, E. Danielle. África “na pasajen” **identidade e nacionalismo guineenses e cabo-verdianos**. Fortaleza- Ceará. 2006 (Dissertação).

THOMPSON, E. P. 1998 **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Companhia das Letras. 1998.